

*“Acho que Sérgio Moro deve aceitar logo o cargo de super ministro da Justiça, porque ele não é um juiz; é um político que tem fraudado sistematicamente a toga assumindo posições políticas”. (Ciro Gomes, na Rádio CBN)*

## O que você precisa saber sobre a Vaza Jato

Como diz o ditado popular, em terra de cego que tem um olho é rei. O jornalismo praticado hoje no Brasil é manietado pelo dinheiro; da mesma forma que, em passado recente, era controlado pela censura dos militares. Em termos de mídia, a ditadura das armas foi substituída no Brasil pela ditadura do capital.

Exemplo maior desta triste realidade é a linha editorial das Organizações Globo, o maior conglomerado de mídia do país. Este fato motivou o jornalista inglês Simon Hartog, do canal 4 da BBC de Londres, no início dos anos 90, a produzir e lançar o documentário **Beyond Citizen Kane** (Muito Além do Cidadão Kane): uma denúncia contundente das relações promíscuas da Rede Globo e de seu criador - Roberto Marinho - com o poder.

No plano interno, coube a Leonel Brizola denunciar - sem medo e sem trégua - os desvios éticos de Marinho, que levava, como caudatária, toda a imprensa brasileira. Brizola Denunciava um “conluio” da mídia, que ele chamava de Partido Único, que foi definido no Tijolaço “Os novos exércitos”, publicado em 20 de junho de 1993. Há 26 anos, portanto.

- “Se quiséssemos caracterizar estes últimos decênios da história humana, sem dúvida, deveríamos chamá-los de idade da mídia, dos meios de comunicação - a propaganda, os jornais, as revistas, as agências e os sistemas de rádio e televisão. Nestes tempos, vem sendo a mais poderosa arma de dominação dos povos; isto é: a servidão consentida, através da mente humana. (...) As máquinas de comunicação, que conquistam e impõem sistemas de dominação e exploração das nações ricas sobre as pobres, são os exércitos e armadas destes tempos. Têm o poder de criar um ambiente no qual o falso parece verdadeiro”.

Por estas razões históricas é que as corajosas matérias do site **The Intercept** sobre os subterrâneos da Lava Jato, publicadas a partir do dia 9 de junho de 2019, assinadas pelo jornalista Glenn Greenwald e equipe, ganharam instantaneamente enorme relevância no país e no mundo.

Glenn, um jornalista premiado internacionalmente, tem compromissos com a notícia, além de recursos financeiros para fazer jornalismo de alto

nível. Some-se a isto uma imensa coragem pessoal: já encarou, de peito aberto, o poderoso governo americano, ao denunciar o megaesquema de vigilância da agência nacional de segurança dos Estados Unidos, através de parceria com Edward Snowden, ex-agente da NSA e da CIA.

Como bem lembrou o professor Mário Messagi Júnior, do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná, Glenn Greenwald não vai parar as denúncias contra os desvios da operação Lava Jato através de ações combinadas entre o juiz Sérgio Moro, o promotor Deltan Dallagnol e a equipe de delegados da Polícia Federal ligada que integram - a chamada “república de Curitiba”.

As denúncias apenas começaram e há muita água para rolar: o material obtido de fonte que Glenn quer manter anônima é vasto, exige tratamento, análise e organização. Por isto o jornalista deve soltar aos poucos o conteúdo, como é de seu estilo. Exatamente como fez no caso Snowden: controlando a divulgação para desmontar as versões dos implicados na medida em que eles se exponham.

Glenn Greenwald é talentoso e não trabalha sozinho: tem em torno dele uma equipe multidisciplinar. Não é a toa que ganhou projeção mundial pelas matérias que fez para o jornal inglês “The Guardian” - multiplicadas pelo site WikiLeaks, do australiano Julian Assange - que lhe garantiram o prêmio Pulitzer, o maior do jornalismo mundial, por conta das denúncias sobre as escutas ilegais feitas pela NSA e pela CIA nos Estados Unidos e em outros países, inclusive o Brasil.

Graças a Glenn os brasileiros ficaram sabendo que as comunicações digitais da presidenta Dilma, da Petrobrás e dos ministérios brasileiros - especialmente o de Minas e Energia - estavam grampeadas e sob vigilância dos EUA.

Matá-lo, como muitas vezes se faz no Brasil com jornalistas que incomodam (neste mês em Maricá, Rio de Janeiro, dois foram assassinados), não é solução porque - além do escândalo mundial que isto traria - não resolveria o problema.

Antenado como é - e com os inimigos poderosos que tem - com certeza já providenciou a total segurança do acervo digital de denúncias contra a Lava Jato que possui; como também confiou cópias a jornalistas parceiros, que continuarão seu trabalho mesmo que seja eliminado.

Glenn conhece a força de seus inimigos - o escândalo Snowden ensinou-lhe isto - e não dorme de touca: tem a exata noção do que pode acontecer com ele, que tem residência fixa no Rio de Janeiro e é casado com o deputado federal David Miranda (PSOL-RJ), que vive no eixo Rio-Brasília.

Daí suas parcerias, no Brasil, já firmadas e em funcionamento com a TV Bandeirantes, concorrente da TV Globo; o jornal Folha de São Paulo; e o jornalista Reinaldo Azevedo. Registre-se que estes contratos de colaboração e divulgação, assim como outros eventuais ou que venham a ser firmados, se restringem à Vaza Jato.

A opinião é do professor Messagi Jr, da UFPR: “Glenn tem conhecimento, compromisso e recursos para fazer jornalismo e quem desconsiderar a sua força vai errar feio por desconhecer o compromisso de Glenn com a verdade”. Uma boa dica para quem não conhece Glenn Greenwald é o filme “Snowden”, do cineasta Oliver Stone, disponível na Netflix, em que é um dos personagens centrais.

À frente de uma equipe de quase dez jornalistas, Glenn provou - com a divulgação dos diálogos (transcritos) de Moro com seus auxiliares - que a operação Lava Jato, como se suspeitava, é um trabalho articulado, sob o comando do juiz, que visa prioritariamente influenciar na política e na economia, ao manipular a opinião pública atropelando princípios jurídicos e o estado de direito brasileiro.

“Glenn está usando o jornalismo como arma. Só o jornalismo. E quem não acredita nisso, erra feio”, destacou em sua análise Messagi Jr.

Como é de seu estilo, aos poucos Glenn irá liberar o conteúdo que chegou às suas mãos, originário de fonte que quer manter anônima. Acuado, Moro tenta criminalizá-la, embora o sigilo de fonte esteja previsto em quase todos os códigos de ética de jornalismo mundo afora; sendo inclusive regulamentado em lei em alguns países, entre eles o Brasil.

Segundo Glenn, a Lava Jato usou indevidamente o aparato jurídico brasileiro para atender a interesses políticos, burlando assim o código de ética do Ministério Público, o Estatuto da Magistratura e a Constituição brasileira em vigor.

Estes fatos ele considera graves, porque em sua visão de jornalista e advogado - e na de juristas - não cabe ao juiz orientar, recomendar ou ordenar alterações de estratégias e até o indiciamento de testemunhas. Na opinião de Glenn, a defesa de Lula - que reiteradamente pediu a suspeição do juiz Sérgio Moro - fez papel de trouxa.

Glenn escreveu que os integrantes da equipe de Moro que se comunicavam pelo aplicativo Telegram, na lista “Incendiários ROJ”, tinham plena consciência de que estavam ultrapassando os limites da irresponsabilidade para condenar Lula pelo apartamento no Guarujá. “Não houve um julgamento justo e imparcial”, destacou.

Moro e os procuradores, segundo Glenn, se viam nas mensagens como heróis na missão de “limpar o Congresso”. Mas de forma seletiva. Tanto que o então deputado Onyx Lorenzoni, dos Democratas, se tornou um deles e foi o principal apoiador das “10 medidas contra a corrupção”, embora tenha se envolvido com doações ilegais e tenha sido, posteriormente, politicamente inocentado por Moro.

Um exemplo desta seletividade está no diálogo, em 13 de abril de 2017, com procurador Deltan Dallagnol, em que Sérgio Moro discorda das investigações sobre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na Lava Jato, porque, nas palavras dele, não queria “melindrar alguém cujo apoio é importante”.

Outro deslize, na visão de Glenn, foi o fato de que, faltando 12 dias para a eleição de 2018, Moro e equipe tenham traçado estratégias para impedir uma entrevista de Lula (autorizada pelo STF), preocupados com o fortalecimento da candidatura de seu candidato à Presidência, Fernando Haddad.

O promotor Dallagnol entrou em contato com o ministro Luiz Fux e, satisfeito com o resultado, informou a Moro que a entrevista não iria acontecer. Fato que levou Moro a comentar: “In Fux we trust” (Em Fux nós confiamos).

Tão logo saíram as primeiras denúncias, em 9 de junho de 2019, as reações de Moro e Dallagnol a respeito foram reveladoras: não negaram as conversas, preferiram minimizar o conteúdo dos diálogos. Moro considerou “bastante grave” a invasão dos celulares de sua equipe e a divulgação dos diálogos: esta se tornou depois sua principal linha de defesa.

Esta opinião é diametralmente oposta à dada em entrevista a Pedro Bial, dois meses antes (abril), quando falou sobre o vazamento em 2016 do telefonema entre Dilma e Lula, sobre a nomeação deste para chefe do Gabinete Civil. Na ocasião, argumentou: “O problema ali não foi a captação do diálogo (entre Dilma e Lula) e sua divulgação, mas o conteúdo do diálogo”.

Logo depois, com a continuidade das publicações do **The Intercept**, os integrantes da força tarefa de Moro passaram a enfatizar “a ação criminoso de hackers”; desviando-se, assim, da linha de negar os fatos, “numa guerra de narrativas” como definiu o próprio Glenn.

Em sua defesa, Glenn também escreveu: “A Globo, como costuma fazer a imprensa brasileira, abraçou integralmente a versão lavajatista e atuou como gestora da redução de danos”, dando mais relevância em seu noticiário à suposta invasão de hackers, do que o atropelamento da ordem jurídica pela ‘república de Curitiba’, sob o comando de Moro.

Lembrou que, quando a Globo botou no ar o diálogo de Dilma e Lula, a emissora sequer citou que a fonte da gravação foi uma escuta ilegal.

Glenn também argumentou: “Criou-se agora um falso debate sobre a publicação dos vazamentos. Mas não existe dilema ético quando se publica fatos de interesse público que os poderosos queriam esconder. Esta é a função principal e mais nobre do jornalismo”.

E complementou: “As revelações da Vaza Jato não provam a inocência de todos os acusados pela operação. Prova apenas que a Lava Jato não é inocente e que os processos comandados por ela estão contaminados por interesses políticos”.

E concluiu: “Boa parte do jornalismo brasileiro abdicou de fiscalizar este que hoje é o núcleo político mais poderoso do país; preferindo atuar como porta-voz da ‘república de Curitiba’. A História se encarregará de separar os jornalistas que cumpriram o seu papel fiscalizador do poder dos que preferiram ignorar os fatos e surfar a onda fácil do lavajatismo”.

O artigo 254 do Código de Processo Penal do Brasil prevê:

**- “O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes se tiver aconselhado qualquer das partes”.**

Este fato foi citado por boa parte dos críticos da Lava Jato - por conta da divulgação da série de matérias assinadas por Greenwald - atacando o parcialismo do juiz Moro e de sua equipe.

Tão logo surgiu a primeira denúncia, no dia 9/6, Moro soltou nota lamentando que o site de Glenn “não entrou em contato” antes de publicar a matéria; questionando também o conteúdo dela porque, na opinião dele, não viu “qualquer anormalidade ou direcionamento” em sua ação.

Estranho seria admitir que viu.

Já o Ministério Público, também em nota, partiu para a desqualificação do material publicado: “A ação vil do hacker invadiu telefones e aplicativos de procuradores usados para comunicação privada e no interesse do trabalho”, e (...) “uma vez ultrapassados todos os limites de respeito às instituições e às autoridades, é de se esperar que a atividade criminosa continue e avance para deturpar fatos, apresentar fatos retirados de contexto, falsificar integral ou parcialmente informações e disseminar fake news”.

Daí Glenn ter procurado a mídia brasileira (e a internacional) para se defender e garantir, também, que as denúncias sobre a operação Lava Jato que está fazendo, e que vai continuar a fazer, são absolutamente verdadeiras

e corretas - nada a ver com fake News como acusam Moro e auxiliares, para desqualificá-lo.

A briga promete, porque os aliados de Moro - na mídia e no judiciário - vão tentar criminalizar Glenn Greenwald e equipe, atropelando o bom senso e os fatos.

Só que o debate já se estabeleceu: o ex-ministro Bresser Pereira, por exemplo, acha que Moro teve coragem quando processou e condenou empresários e políticos envolvidos com propinas, “mas agora está se excedendo e praticando abuso de direito ao tratar Lula como se fosse um criminoso sem qualquer fato que justifique seu comportamento”.

Já o jornalista Jânio de Freitas - um dos mais respeitados do Brasil, por sua coragem e equidistância dos fatos - argumentou: “É preciso dizer que os atos delinquentes de Sérgio Moro, Deltan Dallagnol e outros da Lava Jato só puderam multiplicar-se por contarem com o endosso de vozes e atitudes que deveriam eliminá-los”. (...) “É preciso dizer que a imprensa, incluído o telejornalismo, foi contribuinte decisivo nas ilegalidades encabeçadas por Sérgio Moro. Aceitou-as, incensou-o, procurou tornar o menos legíveis e menos audíveis as deformações violadoras da ordem legal e da ética judiciária”. (...) “A conduta da imprensa tem nomes, não foi anônima nem está encerrada”.

A Ordem dos Advogados do Brasil, por sua vez, classificou de “grave episódio” a confirmação da denúncia feita por Glenn, via gravações transcritas, de que os advogados de Lula tiveram os seus telefones grampeados pela Lava Jato e que Moro, com base nas escutas, orientou os procuradores para atacarem a estratégia de defesa dos advogados de Lula.

- “O sigilo das conversas entre defensor e seu cliente é protegido por lei e sua violação por qualquer meio é ilegal, além de significar um ataque ao direito de defesa e às prerrogativas dos advogados”, afirmou a entidade.

É importante dizer que Moro é um juiz polêmico, faz tempo. Já discutiram o seu trabalho, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça por conta de sua conduta, considerada por alguns de seus colegas da Justiça parcial e até incompatível com o Código de Conduta da Magistratura.

Mas cabe também destacar que até agora todos os procedimentos contra Moro correram sob sigilo e foram arquivados.

O atual decano do STF, ministro Celso de Mello, referiu-se a Moro como “magistrado investigador”, ao criticar sua atuação como juiz por ser “repleta de fatos extremamente preocupantes” - como o monitoramento de advogados

e “o retardamento do cumprimento de uma ordem emanada do TRF-4”, de Porto Alegre, a qual é subordinado.

- “Não sei até que ponto a sucessão dessas diversas condutas não poderia gerar a própria inabilitação do magistrado para atuar naquela causa, com nulidade dos atos por ele praticados”, votou Celso na ocasião.

Já o jurista e desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Walter Maierovitch, a respeito das trocas de mensagens entre o então juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol - denunciadas pelo **The Intercept** - disse que a atitude deles “é imoral, fere a Constituição e não encontra respaldo em nenhum regramento jurídico de países democráticos”, constituindo-se em fato gravíssimo que pode, inclusive, levar à nulidade de processos: haveria descumprimento do preceito constitucional de imparcialidade do juiz.

Pelos diálogos divulgados pelo **The Intercept**, segundo Maierovitch, há possível interpretação de que Sérgio Moro conduziu a investigação, assumindo papel que não é da magistratura; mas de promiscuidade: “Pelos indícios, não sei se ele foi assistente, ou se atuou mesmo como protagonista - e os outros ficaram reféns dele”.

Em sua edição de domingo, 23 de junho, o jornal Folha de São Paulo, dá início a uma série de matérias, a partir da documentação fornecida por Glenn Greenwald.

Para entender-se a importância desta iniciativa do jornal paulista - ao se juntar a outros órgãos de comunicação e jornalistas, na divulgação deste material -, a matéria ocupa o lado direito superior de sua primeira página: “Lava Jato articulou apoio a Moro em momento crítico”.

A Folha de São Paulo informa a seus leitores que nos últimos dias repórteres do jornal e do site trabalharam, lado a lado, pesquisando as mensagens e analisando seus conteúdos; e que o pacote obtido pelo Intercept reúne mensagens privadas trocadas pelos procuradores. Destaca que, além de além das mensagens, o acervo inclui áudios, vídeos, fotos e documentos compartilhados no aplicativo.

Antes de as naturais tentativas da ‘república de Curitiba’ em desqualificar o material, o jornal explica que, ao examinar o material, a reportagem da Folha não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado.

E foi além, ao divulgar que seus repórteres buscaram nomes de jornalistas da Folha e encontraram diversas mensagens que - de fato - esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material.

Por fim, resta esta dúvida: por que juízes e procuradores, concursados, pertencentes a uma carreira de Estado (encarregados das tarefas que só o poder público pode exercer) batizaram seu grupo de Incendiários ROJ?

Incendiário é um indivíduo cuja compulsão é atear fogo; é aquele que provoca voluntariamente incêndio. O incendiário age sempre às escondidas e seu crime está tipificado no artigo 250, do Código Penal.

Ou seja, o debate está aberto.